
Município de Alpiarça

Órgão: Câmara Municipal

Ata N.º 20/2024

27 de novembro de 2024

Assunto: Reunião Extraordinária da Câmara Municipal

Início da reunião: 09h45m	Término da reunião: 10h36m
----------------------------------	-----------------------------------

Presidente da Câmara Municipal:

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

Vereadores da Câmara Municipal:

Jorge Manuel Claudino de Freitas

Ana Margarida Vences Rosa do Céu

João Pedro Costa Arraiolos

Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo

Secretária:

Vanessa Alexandra Pepino dos Santos

--- Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila de Alpiarça, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2021/2025, sob a Presidência da Excelentíssima senhora Presidente Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e com a participação dos senhores Vereadores Jorge Manuel Claudino de Freitas, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, João Pedro Costa Arraiolos e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo. Secretariou a reunião Vanessa Alexandra Pepino dos Santos, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça. -----

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do N.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013 de 12 de setembro, foi a seguinte: -----

--- **01: Deliberação – Proposta de início de procedimento de alteração simplificada ao Plano Diretor Municipal em vigor e publicitação e divulgação da respetiva proposta de alteração.** -----

--- **02: Deliberação – Proposta de autorização para a contratação de um empréstimo de médio/longo prazo até ao limite de 549.058,25€ - Minuta de adenda ao contrato.** -----

--- **03: Deliberação – Proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2025.** -----

--- **ABERTURA DA REUNIÃO** -----

--- A reunião foi aberta pela senhora Presidente da Câmara, eram nove horas e quarenta e cinco minutos, que cumprimentou todos os presentes e deu conhecimento do resumo diário de tesouraria, referente ao dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, com um total de disponibilidades de 4.382.620,13 euros (quatro milhões, trezentos e oitenta e dois mil, seiscentos e vinte euros e treze cêntimos). -----

--- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

--- **01: Deliberação – Proposta de início de procedimento de alteração simplificada ao Plano Diretor Municipal em vigor e publicitação e divulgação da respetiva proposta de alteração.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que este ponto corresponde a duas situações que têm vindo a ser desenvolvidas, ao longo dos últimos meses, relativamente à intenção de investimento em dois terrenos contíguos à Zona Industrial, por parte de duas empresas, uma delas é a empresa Soprema que pretende fazer um investimento no terreno que adquiriu ao Município e, a outra é a Quinta da Lagoalva Vinhos S.A., onde pretende edificar uma nova adega. Mencionou que estas duas propriedades, não respeitavam as condições do PDM que está em revisão, para poderem acolher os investimentos que as entidades pretendem realizar e, portanto, a Câmara Municipal propõe que se inicie o procedimento de alteração simplificada do Plano Diretor Municipal que está em vigor e proceder à publicitação e



divulgação desta proposta. Na proposta consta um conjunto de normas provisórias que foram trabalhadas pelo Município, no sentido de acolher estas alterações. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e referiu que, em relação a este ponto, entendem que havendo uma possibilidade de investimento em espaço contíguo à Zona Industrial, que faz todo o sentido que seja aprovado e apoiado, em termos destas intenções de investimento. Frisou que há investimento público, quer em termos de acessibilidades, quer também em termos de tudo aquilo que é saneamento e o abastecimento de água, entre outros. Salientou que há um terreno encastrado na Zona Industrial, que se em termos futuros, o conseguissem também integrar na Zona Industrial e, portanto, seria também importante para o futuro daquilo que será o desenvolvimento do Concelho. Verificou também, que não têm um novo PDM, no entanto, existem sempre soluções que podem viabilizar opções de investimento. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que esta alteração do PDM existe e é viável, mas tem um constrangimento muitíssimo grande, que é o tempo que implica para cumprir todos os requisitos do ponto de vista administrativo e do ponto de vista das entidades é um processo muitíssimo moroso, muito complicado e burocraticamente muito complexo. Salientou que o Município está a desenvolver um estudo de projeto para o Parque Industrial com um conjunto de pressupostos, que também estão alicerçados na proposta do novo PDM, que pressupõe, não só o alargamento de toda a área, mas também o investimento, quer em saneamento, quer em água, quer em arruamentos, quer em acessos, uma vez que vai implicar a disponibilização de novos terrenos para investimento empresarial. -----

--- **Deliberação:** A proposta de início de procedimento de alteração simplificada ao Plano Diretor Municipal em vigor e publicitação e divulgação da respetiva proposta de alteração, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **02: Deliberação – Proposta de autorização para a contratação de um empréstimo de médio/longo prazo até ao limite de 549.058,25€ - Minuta de adenda ao contrato.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que esta autorização de contratação do empréstimo já foi à reunião de Câmara e à Assembleia Municipal, no entanto, nos termos dos vários esclarecimentos do Tribunal de Contas relativamente a este processo, o Tribunal de Contas sugeriu a elaboração de uma adenda ao contrato que evidencia a data de autorização do empréstimo pela Assembleia Municipal e a data de aprovação da minuta de contrato aprovado pela Câmara, dado que entende que não resulta da documentação que foi remetida. -----



--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, referindo que em termos do desenvolvimento deste processo, tiveram a oportunidade de demonstrar a sua intenção de aprovação, quer na contratação do empréstimo, quer também na minuta em si. -----

--- **Deliberação:** A proposta de autorização para a contratação de um empréstimo de médio/longo prazo até ao limite de 549.058,25€ - Minuta de adenda ao contrato, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **03: Deliberação – Proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2025.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que no próximo orçamento, não obstante tratar-se de um ano em que vão decorrer eleições autárquicas, é um orçamento assente nas premissas de rigor, de transparência, de procura, de concretização daquilo que são as várias propostas que se vão propondo a concretizar ao longo do ano. Mencionou que este percurso, tem objetivamente um incremento do valor que resulta em boa parte não só do aumento da transferência de Estado, que vem este ano com algum incremento, mas sobretudo com a capacidade de gerar receitas em candidaturas e em projetos que estão devidamente inscritos e com a responsabilidade de os concretizar. Frisou que não consta do orçamento, por sua opção, contrariamente àquilo que acontece com outros orçamentos de outros municípios, a inscrição de verbas que não estão ainda contratadas, ou com um teor de garantia relativamente à sua concretização que não dá a segurança e que, erradamente, davam um sinal de que o orçamento seria empolado em alguns milhões de euros, o que do seu ponto de vista não se justifica, por exemplo, ao projeto que têm aprovado do protocolo celebrado com a Comunidade Intermunicipal e com o IHRU de construção de habitações para renda acessível. Referiu que para o Município de Alpiarça estão autorizados a construção de 40 fogos e a aquisição de lotes para o efeito, com exceção de uma pequena parte que é em lotes que são do Município, no valor que ascende a cerca de 14.000.000,00€. De qualquer forma, a preocupação é continuar a desenvolver os procedimentos necessários para as candidaturas ao Portugal 2030, iniciou-se o lançamento de avisos este ano e iriam concretizar, não só os projetos que têm em curso, que têm obrigatoriamente a sua conclusão até Junho de 2026, mas concretizarem as várias candidaturas do programa operacional que têm celebrado com CCDR do Alentejo e que vai permitir desenvolver um conjunto de projetos. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, referindo que como é habitual dispõem de pouco tempo e têm alguma dificuldade em conseguir analisar o documento na sua profundidade. Frisou que, apesar da documentação também ter vindo já no final do dia segunda-feira, houve demonstração de disponibilidade para poderem, eventualmente fazer a reunião noutra hora. Referiu que em termos do documento e da sua própria estrutura, é muito semelhante ao longo dos anos. Mencionou que o



documento resulta daquilo que os serviços disponibilizam, em termos de intenções das atividades e da sua continuidade, desde há muitos anos. Salientou algumas correções, que deveriam ser introduzidas no documento. Relativamente à análise do documento, este é muito semelhante e daí que a situação, em termos da sua evolução tem um total de despesas correntes, uma evolução de 3% em relação ao ano anterior, a variação tem a ver com as despesas de capital e com esses próprios investimentos, grande parte deles financiados e, portanto, estes ciclos de investimento têm a ver com os próprios programas disponíveis e oportunidade ao PRR, que veio acrescentar alguma capacidade de financiamento para estes mesmos projetos e tendo apontada a sua conclusão para 2026, pressiona que esse investimento seja feito e tal como o Portugal 2020 e agora com o Portugal 2030. Frisou que todos estes programas quando surgem têm um conjunto de regras, muitas delas até estrangulantes, em relação àquilo que são oportunidades de financiamento e quando se aproxima do final, há sempre uma variação dos objetivos. Realçou o aumento em relação àquilo que são as despesas fixas do Município, com um crescimento de 4% nas despesas com pessoal, nos últimos 4 anos tiveram um aumento de 45% nestas mesmas despesas, bem como na aquisição dos bens e serviços, com um aumento de 23%. Referiu que o pessoal contratado a termo tem um aumento de 48% em relação ao ano anterior e, portanto, questionou se tem a ver com algum programa ou com outra situação. Questionou em relação ao pessoal em regime de tarefa-avença têm um aumento de 27% para este ano e, em relação há 4 anos atrás um aumento de 400%, existe um contrassenso no sentido de que também aumentaram a precariedade da contratação em relação àquilo que existia anteriormente, ou se há outra razão para que haja este aumento significativo. Também verificou na aquisição de bens e serviços, um aumento de 75% nos outros trabalhos especializados e, portanto, questionou se há alguma razão específica para que estes trabalhos especializados tenham tido um aumento tão significativo. Referiu que esta é uma opção do Executivo que está em funções e, portanto, iriam abster-se. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e salientou algumas correções, bem como sugestões que deveriam ser introduzidas no documento. Frisou que o documento é semelhante ao dos anos anteriores e, portanto, iria votar favoravelmente. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que relativamente às correções e sugestões, as mesmas iriam ser introduzidas no documento. Relativamente ao pessoal em regime tarefa-avença, esta rubrica aumentou substancialmente, porque não tinham condições internas para desenvolver projetos, exceto os pequenos projetos que dão origem a obras feitas por administração direta. Mencionou que o Gabinete de Obras tem produzido muitos projetos, sobretudo de contratações na área da consultoria técnica, por exemplo, para a elaboração das candidaturas, quer ao Portugal 2030, quer na sequência das próprias



candidaturas que existiram ao PRR e, no acompanhamento da implementação dessas candidaturas, há também a contratação de equipa para acompanhar todo o protocolo do IHRU para o 1º Direito para as rendas acessíveis. Referiu que estão a elaborar um projeto para a Zona Industrial, bem como um projeto para a eficiência energética das Piscinas Municipais. Destas contratações, a Nutricionista foi contratada para acompanhar as refeições escolares, que trabalha em regime de avença. Também têm de contratar um técnico, para parcialmente dar apoio à CPCJ, uma vez que também não têm internamente capacidade de multiplicar as horas da técnica que lá têm e, portanto, vão ter que fazer uma contratação em regime de avença. Frisou que há um aumento efetivo e objetivo na massa salarial, com o conjunto de correções aos vencimentos, com a integração da progressão na carreira e com a avaliação dos funcionários e, portanto, todas estas regras de progressão, de aumento de vencimentos, de adequação dos salários, decisões nacionais que se vão implementar e, naturalmente tem um encargo maior. Salientou que na contratação de alguns trabalhos que são mais especializados, por exemplo, executaram um conjunto de intervenções nas vias municipais, de colocação de asfalto e de melhoria da estrutura das próprias vias com passeios. Referiu que há um conjunto de contratações que tem de ocorrer, apesar de terem melhorado substancialmente o quadro pessoal em todas as áreas. O Município é relativamente pequeno e, portanto, tem dificuldade em ter áreas especializadas em todos os setores. -----

--- **Deliberação:** A proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2025, foi aprovada por maioria com as abstenções dos senhores Vereadores da CDU. -----

--- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- Não houve intervenção do público. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pela Presidente, eram 10h36m, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Vanessa Alexandra Pepino dos Santos, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça, a redigi e vou assinar com a senhora Presidente. -----

A Presidente da Câmara Municipal

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes



A Técnica da Subunidade de Administração Geral

Vanessa Alexandra Pepino dos Santos

Assinatura digital de igual valor probatório dos congéneres em papel com assinatura manuscrita, ao abrigo do Decreto-Lei nº 290-D/99 de 02 de agosto, na atual redação. Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.

